

**A FILOSOFIA DA PRÁXIS E A EDUCAÇÃO DE MASSAS -
DO FALSO SOCIALMENTE NECESSÁRIO AO ANTAGONISMO¹**Joeline Rodrigues de Sousa²**Resumo**

A partir das contribuições de Antonio Gramsci e de Rosa Luxemburgo para compreendermos a relação teoria e prática e o processo de transformação social, o presente texto visa refletir sobre as mediações que se desenvolvem no contexto de crise do capitalismo hodierno, bem como, dos seus desdobramentos político-ideológicos que impactam a formação das camadas subalternas através do falso socialmente necessário fomentado pela lógica do empreendedorismo desde a década de 90, em vistas da manutenção do *status quo* e da retomada dos patamares de lucro do capital com a implementação de uma agenda ultraliberal que apresenta contornos neofascistas. A perspectiva ideológica dominante tem se metamorfoseado nos últimos anos da forma do empreendedorismo com foco no capital produtivo para o capital improdutivo, ou seja para o empreendedorismo de investimentos, mas mantém o fomento de uma formação baseada no desenvolvimento de habilidades de iniciativa e criatividade que, porém, são alienadas pela lógica do capital. Desse modo, que se faz necessário o desenvolvimento do antagonismo com o a problematização da relação democracia e liberdade e reconhecer o papel do Partido, para além da luta institucional, na perspectiva coletiva de construção de um novo modo de vida social.

Palavras-chave: Educação de Massas; Filosofia da Práxis; Antagonismo.

**LA FILOSOFÍA DE LA PRAXIS Y LA EDUCACIÓN MASIVA -DE LO FALSO SOCIALMENTE
NECESARIO AL ANTAGONISMO****Resumen**

Basado en las contribuciones de Antonio Gramsci y Rosa Luxemburgo para comprender la relación entre la teoría y la práctica y el proceso de transformación social, este texto tiene como objetivo reflexionar sobre las mediaciones que se desarrollan en el contexto de la crisis del capitalismo moderno, así como sus desarrollos. impactos político-ideológicos que impactan la formación de estratos subordinados a través de la falsedad socialmente necesaria fomentada por la lógica del emprendimiento desde la década de 1990, con miras a mantener el status quo y reanudar los niveles de ganancias de capital con la implementación de una agenda ultraliberal que Presenta contornos neofascistas. La perspectiva ideológica dominante se ha metamorfoseado en los últimos años en forma de emprendimiento con un enfoque en capital productivo para capital improdutivo, es decir, para emprendimiento de inversión, pero mantiene la promoción de capacitación basada en el desarrollo de iniciativas y habilidades creativas que, sin embargo, están alienados por la lógica del capital. Por lo tanto, es necesario desarrollar un antagonismo con el cuestionamiento de la relación entre democracia y libertad y reconocer el papel del Partido, además de la lucha institucional, en la perspectiva colectiva de construir una nueva forma de vida social.

Palabras clave: Educación de masas; Filosofía de la praxis; Antagonismo

¹ Texto resultado de conferência proferida no Seminário Teoria e Prática em Rosa e Gramsci em agosto de 2019 na Universidade Federal do Ceará em Fortaleza.

² Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci – Gramsci. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2071-5324>. E-mail: joelinersousa@gmail.com

THE PHILOSOPHY OF PRAXIS AND MASS EDUCATION -FROM THE SOCIALLY NECESSARY FALSE TO ANTAGONISM

Abstract

From the contributions of Antonio Gramsci and Rosa Luxemburg to understand the relationship theory and practice and the process of social transformation, this paper aims to reflect on the mediations that develop in the context of the crisis of modern capitalism, as well as its consequences ideological policies that impact the formation of the subaltern layers through the socially necessary fake fostered by the logic of entrepreneurship since the 1990s, with a view to maintaining the status quo and resuming the profit levels of capital by implementing an ultra-liberal agenda that presents neofascist contours. The dominant ideological perspective has metamorphosed in recent years from the form of entrepreneurship focused on productive capital to unproductive capital, that is, to investment entrepreneurship, but it continues to foster training based on the development of entrepreneurial and creative skills that, however, they are alienated by the logic of capital. Thus, it is necessary to develop the antagonism with the problematization of the relationship between democracy and freedom and to recognize the Party's role, beyond the institutional struggle, in the collective perspective of building a new social way of life.

Keywords: Mass Education; Philosophy of Praxis; Opposition.

Introdução

uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (GRAMSCI, 2011, p.19)

Desde que o Brasil começou a enfrentar os rebatimentos da onda da crise internacional de 2018, se colocou em curso uma crise orgânica que agudizou o fim da conciliação de classes e levou o governo ao fim do domínio, bem como, da direção, a qual perdera via golpe jurídico-midiático-parlamentar. A crise que se instaurou e se agudiza, como forma particular da crise estrutural do capital, se apresenta com uma aparente dissolução do Estado e das instituições burguesas, alicerces da estrutura política brasileira, a qual resulta, segundo Coutinho³, de sucessivas revoluções passivas. Este cenário dramático de reorganização do capital, em vista dos patamares do lucro, se configura com uma contrarrevolução permanente que se expressa na destruição das condições de vida e da existência

³ Ver COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

e do dismantelamento das possibilidades de organização dos trabalhadores e a gestão da crise na forma do Estado-coerção. Contudo, na contradição, no limite do aprofundamento dessas condições - a proletarização universal, é que a própria experiência negativa pode levar os trabalhadores, ao sentirem as dificuldades, a se organizarem para que, em movimento, saltem de um primeiro momento de reação a um movimento orgânico de proposição e subversão do *status quo*.

O capitalismo, no atual modelo, tem nos conduzido para a barbárie e, para se perpetuar, precisa descobrir novas formas de explorar o trabalho. Essas formas, que parecem mais avançadas, são realidade já há algum tempo e, ao mesmo tempo que aprofunda o individualismo e a concorrência, explora um novo universo, o das relações mais remotas, retomando as formas de acumulação primitiva⁴, ao tempo em que expressa o caráter mais reacionário e autoritário do liberalismo. Estas formas mobilizam todo um conjunto de experiências que carregam um peso ideológico, o qual legitima culturalmente sua reprodução e reforça a reorganização do capital em torno da reprodução e apropriação do valor de forma ampliada. Esta reorganização se realiza através de uma agenda ultraliberal, que só pode ser implementada de forma autoritária e bárbara com a promoção da despolitização e uma construção psicossocial aterrorizada pelo medo da instabilidade política e econômica a qual forja o proletário de si mesmo, na lógica do empreendedorismo, do sujeito que “abre mão” de direitos e garantias ao se sentir desagregado e vulnerável na luta para garantir a sua própria existência em meio às incertezas.

Conforme Marx, a classe trabalhadora é aquela que pode suprimir as velhas relações de produção, as condições de existência da oposição de classes, das classes em geral, e, com isto, a sua própria dominação como classe⁵ e, portanto, conforme a concepção dialética da história, pôr fim à propriedade privada e levar adiante a luta pela emancipação humana. Nesse sentido que se faz necessário reconhecer as demandas concretas, os limites e possibilidades da classe trabalhadora, compreender a sua forma atual e seu movimento, a sua estrutura, sua morfologia, e a partir disso, impulsionar seu movimento teórico-prático cada vez mais consciente para impedir o avanço do capitalismo e a sanha neofascista, demonstrando que não se trata apenas de um problema político ou de determinado

⁴ Ver MARX, Karl. Capítulo XXIV – A acumulação primitiva. O Capital.

⁵ Ver Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista.

governo, mas da forma de ser, da essência capitalista que se efetiva no Brasil e em outros países que tem assumido esse viés. Portanto, o programa revolucionário não deve se limitar à mera mudança de governo, a ocupar posições dentro da sociedade política, mas transformar toda a estrutura e a superestrutura social, pois a agenda do capital, sobretudo em momentos de crise, não se efetiva por vias democráticas, respeitando os limites da “cidadania”, ideário que a própria burguesia reproduz, mas pela barbárie, o que significa ultrapassar os limites de exploração da força de trabalho e da própria natureza, colocando em risco a nossa própria existência.

Ao passo que estas relações se consolidam e as dificuldades de toda ordem se ampliam, a necessidade de organização da classe trabalhadora se torna cada vez mais emergente, o que demanda todo um processo de formação e de consciência de classe e, por conseguinte, dos limites e possibilidades da realidade. Porém, é preciso destacar que o processo de formação não se realiza por um movimento puramente subjetivo ou teórico, mas também prático, em contato e em relação com as contradições da realidade objetiva. Nesse sentido, o próprio conjunto de contradições do capital no seu “pleno” desenvolvimento, em que o trabalhador está mergulhado, pode possibilitar um movimento catártico e elevá-lo, pelas dificuldades que sente, ao nível do “bom senso” e impulsioná-lo para busca de compreensão mais ampla das contradições e, conseqüentemente, para a ação. Pois, ao contrário do que a perspectiva liberal havia projetado, o capitalismo plenamente desenvolvido não significa o pleno desenvolvimento da democracia, da cidadania e de direitos, mas a plena exploração da força de trabalho, a qual pode se apresentar sob a sua face mais bárbara como o nazi-fascismo, como ocorreu com sua ascensão à Segunda Guerra Mundial. O que demonstra que, como afirma Rosa⁶, não há qualquer relação de conexão geral entre capitalismo e democracia, mas depende do conjunto das correlações de forças envolvidas. No período do pós-guerra, o capitalismo se reorganizou e mobilizou forças ideológicas que espriaram a perspectiva de que o terror vivido foi apenas um momento já superado e de que a democracia seria restituída e aperfeiçoada. Contudo, a própria realidade demonstra que a crise faz parte da estrutura do capitalismo, como Marx afirma no O

⁶ Luxemburgo, 2009, p.25.

Capital, pois novas crises se formam e se ampliam e os fantasmas do passado retornam no interregno em que, como afirma Gramsci, o novo quer nascer, mas o velho não quer morrer, revelando a necessidade histórico-concreta de que não basta ajustar as instituições, realizar reformas, mas a superação da lógica do capital para a completa realização da genuína emancipação humana.

Dessa forma, que simplesmente esperar pelo movimento das condições objetivas, sem mobilizar outras ações, significa cair no mecanicismo e economicismo que leva à uma passividade e a uma postura fatalista⁷. No caso brasileiro, parafraseando Marighella (1979), é ilusório acreditar que das contradições e conflitos gerados pelos golpistas surjam resultados melhores que com a intervenção maciça das forças populares. Por isso, é preciso buscar elementos para compreender esse processo e movimento estrutural do capital para operar conscientemente e da melhor forma sobre as contradições e as necessidades históricas vigentes e responder da forma mais adequada, como diria Lukács. O que significa compreender consciência de classe de forma ativa, como ação, em um momento em que há a pulverização da forma de exploração do trabalho, com a proletarianização universal, fluidez das relações e dos vínculos tradicionais entre os trabalhadores, da sua identidade e, portanto, da forma de organização. Nesse sentido que há que se mobilizar forças para aglutinar a classe, não apenas com formações política, que são importantíssimas, mas sobretudo, pautando projetos políticos e econômicos com plausibilidade concreta, prática, pois estes atravessam as necessidades de todos os grupos subalternos e afeta a forma como os indivíduos sentem, vivem e compreendem a realidade, e possibilita a superação da solidariedade negativa⁸ em face de uma “positiva”, ou seja, uma organicidade efetivamente orgânica ao desvelar quem realmente detém os privilégios sociais, mobilizando um novo *religare* capaz de apontar de forma prática e concreta para novos horizontes históricos, dando real e concreta substância ao movimento.

⁷ Ao contrário do que afirmavam as correntes revisionistas advindas da 2ª Internacional, dentre as quais defendiam a derrocada automática do capitalismo dada a sua própria contradição interna, Marx, bem como, alguns que os sucederam, como Rosa e Gramsci, entendia o movimento histórico-concreto como resultado da relação dialética entre as condições objetivas e subjetivas, ou seja, da ação dos sujeitos sobre a realidade, como assenta nas Teses sobre Feuerbach.

⁸ Conforme Vladimir Safatle (2019), a solidariedade negativa opera da seguinte forma: minha situação é precária, então se vejo alguém com algum sistema de defesa, entendo isso como um privilégio. Fonte: Folha de São Paulo.

Para tanto, é preciso desconstruir a ideia de que a ordem capitalista é uma ordem democrática que vai socializar e garantir direitos após a superação da crise, e colocar na ordem do dia de que é a classe trabalhadora que, pela luta, vai realizar a democracia, como afirma Marx, é a classe trabalhadora que irá conquistar a democracia que de fato nunca existiu na essência, desde a sua gênese⁹. Essa conquista, para além de qualquer abstração pura, deve ser realizada concretamente pela subtração progressiva dos instrumentos de produção e, portanto, do capital¹⁰. Por isso, é preciso tirar todos os obstáculos para que a classe trabalhadora se coloque em movimento e se organize, pois a adesão à luta não se reduz a uma dimensão puramente racional, em um movimento linear produto de uma formação política para uma posterior ação liderada por uma vanguarda intelectual, mas o próprio movimento da realidade, a própria atividade em que o trabalhador estiver envolvido pode proporcionar uma consciência prática dos limites do próprio capital e passar a pensar novas possibilidades frente aos retrocessos em curso, a buscar ir para além do capital, construindo alternativas de forma coletiva, seja na economia, na filosofia, na arte, na educação, em todos os complexos e dimensões da vida social.

O exemplo da recente insurgência do Equador e do Chile tem demonstrado que a luta anticapitalista na América Latina é uma luta de vanguarda das próprias classes subalternas, dos indígenas, trabalhadores do campo e da cidade precarizados e não dos partidos de esquerda que faliram ao aderir à lógica do Estado burguês de luta institucional, excluindo da agenda a luta insurrecional que faz parte da estratégia genuinamente revolucionária. Luta esta que, como a própria realidade demonstrou no cenário vizinho, impediu o avanço do pacote de austeridades de atacar os direitos da população e ampliação da agenda ultraliberal e aprofundar a exploração para reestruturar a lógica de incremento dos juros do capital com a privatização generalizada, inclusive dos recursos naturais

⁹ Tendo em vista que, como podemos conferir, na obra *Origem da Família, do Estado e da Propriedade privada* de Engels, a democracia nasce no terreno das contradições como “positivo” necessário ao “negativo” histórico representado pela propriedade privada do conhecimento e dos meios de produção que relegou às camadas subalternas a um processo de desumanização na forma da exploração e da opressão.

¹⁰ Ver Marx e Engels. *Manifesto do partido Comunista*.

considerados direitos humanos pela ONU, direito fundamental, direito à vida, como o caso da água do no Chile¹¹.

Nesse espectro que, para recuperar o caráter revolucionário da luta, deve-se operar na construção de uma perspectiva de classe antagonista e autônoma frente às necessidades revolucionárias, descortinando o lugar da burguesia como classe antagonista e desconstruindo as hierarquias internas dos espaços de organização política da classe trabalhadora. A começar, desvelando as ações ideológicas de que a classe dominante lança mão para manter sua hegemonia pelos meios considerados de “exceção”, já que caiu na descrença a efetividade da via “democrática” e estatal no contexto de crise, levando-a inclusive a aliar-se à extrema direita fascista, apoiando e financiando inclusive a força extralegal e paramilitar.

O falso socialmente necessário

A lógica burguesa da cidadania e igualdade formal movimenta e subordina as subjetividades dos indivíduos, despojados das suas condições de vida, ao sentirem-se integrados pela ideologia do livre mercado regido pela mão invisível, engendrados em um totalitarismo alienante que inverte as relações, naturalizando as contradições e legitimando a exploração como um direito, como exercício da liberdade, ao tornar o parcial em total, o interesse de pequenos grupos em interesse da inteira maioria, transmutando a riqueza de poucos em prosperidade geral. No cenário atual da agenda neoliberal, a forma ideológica central que sustenta esta pirâmide, na qual o 1% (um por cento) mais rico encontra-se no topo e visa perpetuar-se, é o empreendedorismo, nas suas formas mais diversas, as quais podemos verificar que podem atender às diversas demandas dos diversos níveis sociais, que se revela tanto na forma do “burguês de si mesmo” com o empreendedorismo investidor ou, mas especificamente, na forma do uberismo¹²

¹¹ Os desdobramentos dos efeitos e impactos da privatização da água na vida dos chilenos pode ser conferido em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/21/miseria-pura-ex-agricultores-chilenos-sofrem-em-regiao-de-agua-privatizada.htm>

¹² Uberismo trata-se da forma ampliada de exploração do trabalho na forma flexível em que o próprio trabalhador investe na garantia, aquisição e manutenção dos meios de trabalho e organiza as horas da sua intensa jornada de trabalho que pode chegar a 16 horas diárias ou mais, ou seja, é o próprio trabalhador que investe na autoextração da mais-valia absoluta e relativa.

que revela a forma do “proletário de si mesmo”. Estas formas, são mais ou menos combinadas, pois, na lógica do empreendedorismo, o trabalhador é incentivado ao hedonismo burguês, isto é, deve desenvolver habilidades e capacidades para idealizar, coordenar e desenvolver projetos de inovação e melhorias de negócios para atingir o “sucesso”, sucesso este, conforme a lógica de mercado, ou seja, associado ao acúmulo privado de “riquezas”, ao seu prazer, à devoção ao dinheiro e ao sonho de que um dia ocupará o lugar do qual está excluído para sempre, o lugar de senhor, restando-lhe apenas o lugar de “senhor de si mesmo”.

Desde o fim da década de 90 e início dos anos dois mil, o empreendedorismo se tornou fator educativo para a América Latina e Caribe, incorporado ao Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe (PRELAC)¹³, em 2002, como o quinto pilar acrescido aos quatro pilares da educação explícito no Relatório Jacques Delors, resultado da Conferência de Jomtien na Tailândia, o qual deu início ao Movimento Educação para Todos. Os marcos dessa reestruturação educativa ocorre no sentido de conter os desdobramentos da crise estrutural do capital, ou seja, de conter possíveis levantes populares frente à dor da barbárie, da pobreza, da exploração e do abandono social, conferindo à educação o papel de instrumento de desenvolvimento econômico e social, como afirma Leher (1999). Dessa forma, que a ideia de uma educação ao longo de toda a vida¹⁴ construída pelo próprio indivíduo e o desenvolvimento de competências – baseadas nos métodos ativos que se originaram no escolanovismo, toma o foco do processo de ensino-aprendizagem e serve à manutenção da hegemonia dominante que incentiva o individualismo e a concorrência e assegura que o indivíduo reproduza e adote como suas as metas do sistema, como afirma Meszáros (2005), fomentando um ensino descartável e aligeirado que acompanha a contínua modernização tecnológica em substituição a uma formação sólida e profunda que forneça o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, necessários para compreender as mediações do real e transformá-lo.

¹³ Conferir a Revista Prelac / Ano 1 / N° 0 / Agosto de 2004 a qual explicita as diretrizes para a educação básica e superior para o novo milênio da América Latina e Caribe na lógica do empreendedorismo.

https://unesdoc.unesco.org/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_13454522-d481-4cd7-8139-20513d508fbb?_id=137293por.pdf

¹⁴ Ver Educação um tesouro a descobrir. Relatório Jacques Delors.

Nesse espectro que o empreendedorismo, nos últimos anos, tem ocupado lugar central na educação básica e superior, reproduzindo o ideário neoliberal e fortalecendo o obscurantismo, tendo em vista que o desemprego estrutural tem atingido as camadas médias que, em geral, são aquelas que acessam a formação superior. Este cenário fomenta a combinação de uma nova forma de acumulação primitiva que ocorre com a produção de capital novo, como se espera no empreendedorismo. A espoliação de terras, fraudes, roubos e violência presentes na gênese do capitalismo para constituição da propriedade privada capitalista continuam presentes e combina de forma contraditória e dialética com a acumulação capitalista, pondo uma nova forma de espoliação, através da lógica do empreendedorismo e da agenda neoliberal em curso, a auto-espoliação. Para compreendermos auto-espoliação, temos que recorrer a Marx que trata do conceito de Mais-valia, no qual o trabalhador com tempo excedente de trabalho, produz mais que o necessário para sua reprodução e amplia o capital trabalhando em excedente para o proprietário dos meios de produção. No atual contexto em que predomina o empreendedorismo uberista, o trabalho explorado se configura em uma combinação bizarra da forma servil e trabalho escravo “autônomo”, no qual o próprio trabalhador compra seus instrumentos de trabalho e mantém a sua reprodução, em geral através de aluguel ou financiamentos, e além disso, é responsável pela produção do excedente se submetendo a trabalhar altas horas inclusive (12, 14, 16 ou até 24 horas com intervalos de 2h de sono) pelas madrugadas, para pagar determinadas taxas (em torno de 40% do montante apurado) pela utilização das “terras virtuais” dos aplicativos criados pelas operadoras que centralizam os lucros e a comunicação do mercado, oferecendo uma determinada “segurança” ao prestador de serviço e ao cliente pela mediação da conexão. Tudo isso sem qualquer segurança trabalhista ou direito assegurado, tendo em vista que foram ou estão sendo extintos pelo pacote ultraliberal. Estas taxas se assemelham às talhas (pagas aos senhores feudais pela utilização das terras), à corveia (paga pela segurança prestada pelos senhores) e as banalidades (paga pela utilização dos instrumentos e maquinarias propriedade dos senhores). É certo, que estas taxas, na forma do empreendedorismo, são pagas a “senhores” diferentes, os quais neste caso, não tem qualquer reponsabilidade com a vida ou garantia de direitos ao “empreendedor”, o qual é encarado como igual, como senhor de si mesmo, como

sócio do progresso e colaboradores do capital, afinal de contas, ele tem a liberdade de escolher seu local e horário de trabalho. O próprio trabalhador gera sua auto-espoliação pela auto-gestão da extração da mais-valia absoluta e relativa, ou seja, o incremento do tempo de trabalho excedente e o investimento próprio no trabalho morto necessário que geram um duplo lucro ao Capital – com o aumento da sua jornada de trabalho e o excedente produzido, bem como, com os gastos e investimentos próprios para adquirir os “meios” necessários para a realização do seu trabalho, neste caso, automóveis, os quais geram grandes lucros ao capital, particularmente para a indústria automobilística e petrolífera.

É verdade que nos últimos tempos, a ideologia do empreendedorismo tem se metamorfoseado e passado da forma predominante com foco no capital produtivo para a forma do capital improdutivo ou capital fictício, ou seja, tem encontrado eco no discurso e cursos para investidores, já que a ilusão de abrir o próprio negócio tem sido substituída pela busca pelo tempo livre, e por isso, pela ideia de “viver de renda”, de investimentos, ainda que mantenha o desenvolvimento de habilidades de gestão e liderança como necessárias, ainda que afastado do trabalho produtivo, o que distancia ainda mais a classe trabalhadora da compreensão de si mesma e o seu lugar historicamente “determinado” na luta de classes.

Dessa forma que debater democracia e liberdade, se faz necessário para fomentar o antagonismo necessário, para compreender os meandros e os contos do neoliberalismo e desvelar o ideário de liberdade e democracia excludente do capitalismo, o qual através de reformas e políticas excluem e destroem direitos e tornam invisíveis aqueles que deveriam ser protegidos, reduzindo a democracia e a liberdade ao direito de ir e vir frente ao urgente fim da exploração do homem pelo homem, o qual somente é possível quando a liberdade superar a necessidade.

Antagonismo e a educação de massas para além do capital

Gerar a compreensão do antagonismo, passa pela apropriação de si mesmo não como um ser abstrato, no viés universalizante, descolado das contradições e dimensões particulares, que tem inclusive cooperado para a difusão das ideias da extrema direita, dada sua dimensão metafísica ao se afastar da realidade, mas pela

articulação das lutas e demandas particulares dos grupos subalternos com a totalidade social que perpassa pelas lutas de classe, gênero e raça. Pautas de lutas concretas que impulsionam a transformação social no tensionamento das relações e correlação de forças por justiça e igualdade social, que visam dismantelar as estruturas ideológicas do capital e toda forma de violência e podem, na prática, contribuir para reatar os laços de solidariedade gerados pela cooperação social do trabalho demandado e imposto pelo próprio capital no seu processo de reprodução inicial, o qual possibilitava a partir da cooperação do trabalho o desenvolvimento do antagonismo e autonomia, até a reestruturação produtiva que iniciou na década de 70 e desembocou no quadro atual de brutal flexibilização do trabalho.

Esse tensionamento pode desvelar a inversão da democracia burguesa, na forma do totalitarismo da nova ultradireita em curso, que teoricamente deveria estar voltada para o atendimento da maioria, mas que na verdade se volta ao atendimento do interesse da minoria. Essa minoria trata-se do 1% mais rico – para o qual o Estado encontra-se a serviço, como afirma Marx, em detrimento da maioria da população destituída de direitos e do acesso às riquezas espirituais e materiais produzidas, qual seja: as mulheres, negros, trabalhadores, indígenas e todas as classes subalternas. Pois a lógica vigente põe fim às proposições da socialdemocracia com a privação e privatização dos direitos sociais, o aumento da desigualdade e da exclusão e redefine os moldes da política representativa como gestão da vontade nacional, a qual se utiliza das redes sociais e não através da discussão política pública e ampliada. O debate com direito ao contraditório, típico de regimes democráticos, perde espaço para a judicialização da política, pois toda posição contrária é convertida em manifestação contra o governo e resolvido de forma jurídica, reforçando o ódio e a necropolítica.

Nesse cenário, a resistência na forma de organização corporativa de sindicatos e partidos do início do século XX correspondentes ao modo fordista de produção, já não correspondem satisfatoriamente à realidade atual, especialmente os modelos que reforçam a cisão entre base e direção, na qual se centraliza uma vanguarda, especialmente aquelas que sucumbiram às tendências reformistas de conciliação de classes e aos determinantes do capital e do neoliberalismo de disputas por representatividade parlamentar. Dessa forma, para pensar possibilidades das lutas emancipatórias do nosso tempo, é preciso recuperar

elementos da refundação comunista que permearam o pensamento de autores como Gramsci, como a visão de autonomia e do antagonismo, que se aproxima da visão de Rosa Luxemburgo, para refundar os próprios organismos de luta da classe trabalhadora, como afirma Del Roio (2019). Nesse sentido, que ao contrário das orientações de tipo reformista defendida, especialmente por Bernstein, é necessário assim como Rosa, insistir nas teses marxianas das crises cíclicas e agravadas do capitalismo, da natureza intrinsecamente classista do Estado e na necessidade incontornável da revolução socialista (DEL ROIO, 2019). Para tanto, o processo revolucionário precisa ser encarado como superação da democracia burguesa e não como sua ampliação através do Estado, mas pela conquista de uma democracia revolucionária, a qual deve começar dentro dos próprios organismos de organização da classe, seja no sindicato, nos partidos, nos coletivos, associações ou outros movimentos de grupos subalternos, estimulando a autonomia das lutas particulares de forma articulada em torno da luta anticapitalista, do antagonismo capaz de fomentar a vontade popular de construir uma nova forma de sociabilidade. Essa vontade é resultado da cooperação e disciplina desenvolvida no interior dos organismos, nos quais o centralismo é apenas a forma de organização a partir do movimento e das necessidades que unifica as vontades, e, portanto, se difere da disciplina imposta pelo capital. Nesse sentido, que se faz necessário criar estruturas de anti-poder, que assedia e desestrutura as bases do capital e supera a cisão entre o político e o econômico e a direção para o formato de organização social coletiva, que deve gerir a coisa pública de forma genuinamente democrática e social, condição para a superação do Estado e consolidação da sociedade regulada, como verificamos em Gramsci.

Na perspectiva da construção da democracia revolucionária deve-se fazer frente à exploração e à alienação, recuperando as capacidades dos indivíduos, capacidades que as classes subalternas precisam desenvolver na perspectiva revolucionária, mas que o capitalismo se apropriou e transmutou e alienou na forma do empreendedorismo e da meritocracia. Conforme Gramsci, as classes subalternas para se desenvolverem como classe antagônica e se apropriarem com a autonomia do movimento da história, precisam desenvolver o espírito inventivo e criativo, capacidade estratégica, iniciativa política e disciplina consciente para operar de forma coletiva e articulada. A recusa à apropriação dessas capacidades

pelo capitalismo, mormente na forma do empreendedorismo, se manifesta como um antagonismo necessário, luta pela autonomia e pelo autogoverno dos produtores na perspectiva revolucionária, que substitua a lógica individualista e meritocrática pela lógica coletivista e humanista, que priorize as necessidades humanas. Uma ação que se manifesta praticamente na articulação intelectual e massas - movimentando uma simbiose dialética, e na mudança das relações sociais de produção individualista para coletiva, o salto do momento econômico-corporativo para o ético-político.

O fomento do antagonismo e da autonomia em todos os âmbitos da vida, ou seja, que contribua para a descentralização concreta das decisões políticas de forma ativa e pública em todas as instâncias da sociedade civil é que pode possibilitar, conforme afirma Del Roio (2014), a superação da cisão entre Estado e sociedade civil e a construção do que Gramsci denomina de sociedade regulada, uma sociedade capaz de superar a alienação dos sujeitos enquanto cidadãos, libertá-los da ideologia da cidadania abstrata e proporcionar o salto ontológico da emancipação política para a genuína emancipação social, para uma nova forma de ser, em que a liberdade suplante a necessidade e personifique-se em um novo tipo de intelectual, um intelectual orgânico. Na esteira da dialética praxica da filosofia da práxis,

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. A emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver organizado suas 'forças propes', como forças sociais e, em consequência, não separar mais de si mesmo a força social na forma de força política. (MARX, 2010, p.54)

A liberdade descera então do céu à terra com o fim da forma política abstrata, como dimensão autônoma da vida que reproduz a separação explícita entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e do conhecimento e toda forma hierárquica que deriva da divisão do trabalho, pois "toda liberdade que não seja fundada na sociabilidade do homem, que não se desenvolva a partir daqui, mesmo que através de um salto, é um fantasma" (LUKÁCS, 2013, p.150).

Para tanto, é preciso colocar em movimento as forças contraditórias a partir das condições existentes como afirma Marx, pois estas forças são a chave do movimento da sociedade civil, organizadas em Partido, que na perspectiva gramsciana tem sua função social ampliada para além da forma parlamentar, voltada para a luta pela realização total e integral da democracia dos meios de produção e do conhecimento, substituindo a antiga sociedade civil pela associação dos indivíduos livres¹⁵. O Partido é, portanto, o intelectual coletivo que se insere como um “empreendimento” na contramão da formação individualista burguesa, da cidadania abstrata e do empreendedorismo alienante.

O Partido, segundo Gramsci, é aquele que organiza e educa no viés dialético que visa a superação de hierarquias e segue na contramão da reprodução da concorrência que retroalimenta a forma burguesa, descentralizando o poder público do Estado nos organismos da sociedade civil, contribuindo para desarticular a necessidade de existência do Estado. Dessa forma, o Partido revolucionário é um organismo de contradição de si mesmo, na medida em que não se limita aos ditames da sociedade civil ou das instituições burguesas, mas visa ultrapassar estes limites, os limites políticos e econômicos vigentes para a composição de uma frente anticapitalista que não prescinde de uma aliança entre os trabalhadores urbanos e do campo, bem como de todos que sofrem toda forma de opressão e exploração, e constituir uma alternativa à disputa política no interior do Estado. Dessa forma, o Partido não corrobora com a amortização das forças e do ímpeto revolucionário, movimento tradicional da socialdemocracia, pois como afirma Marx (2012, p.132), pois “somente a queda do capital pode fazer com que o agricultor ascenda, um governo anticapitalista, um governo proletário pode quebrar sua miséria econômica”.

O Partido configura-se, portanto, como uma síntese dialética e histórica que tem como tarefa socializar as bases da filosofia da práxis, a dialética práxica, em busca de reproduzir o real em concreto pensado, debruçando-se sobre as contradições dos processos históricos e a forma como os fenômenos políticos e econômicos se inter-relacionam numa totalidade. Nesse sentido que o Partido para

¹⁵ “A classe laboriosa substituirá, no decorrer de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que exclua as classes e seu antagonismo; e não haverá mais poder político propriamente dito, pois o poder político é exatamente, a expressão oficial do antagonismo de classe dentro da sociedade civil.” (MARX, [1847] 2008, 191-192)

fortalecer as bases e capilarizar o movimento revolucionário para a luta bifrontal - contra o poder político do Estado e pela transformação das relações da sociedade civil com particularidades de uma mesma totalidade – tem como tarefa precípua, a redialetização do marxismo, promovendo o salto para um novo senso comum de tipo filosófico prático necessário para o exercício da tradutibilidade e da historicidade imanente, que suplante todo o misticismo, como Gramsci desenvolveu nos *Cadernos do Cárcere*. O Partido, segundo Gramsci é aquele que leva adiante uma reforma intelectual e moral que não se desvincula de uma reforma econômica, pois não há revolução possível sem transformação estrutural e superestrutural. “É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”(GRAMSCI, [1932-1934] 2011, p19).

Nesse sentido, que a forma Partido revolucionário em Gramsci assume o caráter de Conselho com competência tanto para atuar no controle da produção como para exprimir as demandas da classe no processo de gestão da coisa pública. Desse modo, o sindicato profissional e o partido político em sentido restrito, institutos nascidos sob a égide da liberdade política liberal-burguesa, devem apenas estabelecer as condições gerais para a emancipação do trabalho e não devem postar-se como tutores ou supraestruturas já constituídas dessa nova instituição na qual toma forma histórica controlável o processo da revolução. Pois, o processo de emancipação dos trabalhadores perpassa por um retorno a si mesmos, pelo envolvimento da cabeça e da mão na própria luta, um processo de autoemancipação, como asseveram Marx e Engels no Manifesto, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Nesse movimento dialético que o intelectual coletivo, o Partido, deve se movimentar e movimentar as classes subalternas, concretizando a práxis revolucionária, como Marx delineia nas *Teses sobre Feuerbach* que demarca a atividade, o movimento prático e dialético, a relação entre o sujeito ativo e as circunstâncias como fundamento para a autoemancipação.

Essa concepção de Partido é totalmente distinta da forma predominante, pois este não se desvincula das bases trabalhadoras, nem se restringe a pautas economicistas-corporativas, mas torna-se elemento de mediação das demandas

concretas, cumprindo a função de catalisador dialético da vontade coletiva que descentraliza sua própria função de direção e não cristaliza uma casta de iluminados que pretendem guiar as massas para atravessar o mar vermelho. Mas, pelo contrário, compreende o movimento como nacional e internacional e busca articular de forma orgânica e total a luta anticapitalista por um novo modo de vida social pautado em uma concepção de mundo, uma consciência filosófica que favoreça a continuidade do movimento mesmo após um levante popular, e tenha durabilidade porque embasado em uma direção consciente, coletivas e orgânica das contradições imanentes e dos objetivos a alcançar. O Partido é a forma própria do antagonismo e da autonomia revolucionária que visa fomentar a personalidade de sujeitos históricos ativos e produtores de novas possibilidades na estrutura e na formação de superestrutura, com capacidade ativa e inventiva de uma nova cultura de viés coletivo, cooperativo como ideias e práxis dominantes que superem o individualismo e a concorrência burguesa, objetivando de forma real e concreta, tornando práxis, a teoria revolucionária com o fim da sociedade de classes.

Referência

DEL ROIO, Marcos. **Luta de classes e luta revolucionária em Marx**. In: DEL ROIO, Marcos (Org.). Marx e a dialética da sociedade civil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____. **Autonomia e antagonismo em Rosa Luxemburg e Gramsci**. Acesso em Outubro de 2019. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=612>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editora Livramento, 1979.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUSA, Joeline R. **Gramsci, educação, escola e formação:** caminhos para a emancipação humana. Curitiba: Appris, 2014.